

## **TERRITÓRIO EM DISPUTA NAS CIDADES MÉDIAS: o caso da ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão em Pelotas/RS**

### **TERRITORY IN DISPUTE IN MEDIUM-SIZED CITIES: the case of the Kilombo Urbano Canto de Conexão Squat in Pelotas/RS**

**Bárbara de Bárbara Hypolito<sup>1</sup>**  
[hypolito.barbara@gmail.com](mailto:hypolito.barbara@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo<sup>2</sup> propõe uma reflexão crítica sobre a produção do território urbano em cidades médias brasileiras a partir do caso da Ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão, em Pelotas/RS, discutindo como experiências de ocupação urbana podem configurar disruptivas de territorialização e produção de subjetividades. O estudo utiliza a Cartografia dos *Afectos* como método, articulado à filosofia da diferença e teorias urbanas críticas, aplicado por procedimentos que envolveram observação participante, entrevistas, análise documental e mapeamento sensível. O percurso metodológico combinou um movimento macro, de levantamento das práticas de ocupações urbanas no Brasil por fontes secundárias, e um movimento micro, de imersão no cotidiano da Kilombo Urbano. Os resultados indicam que a experiência promove agenciamentos coletivos de enunciação, reativa imóveis ociosos e forja modos singulares de habitar e produzir cidade, enquanto denúncia e alternativa às insuficiências das políticas públicas habitacionais. O artigo aponta que, diante do agravamento da crise habitacional e da segregação socioespacial no Brasil, os arranjos coletivos das ocupações urbanas atuam como formas de protagonismo territorial reativando ociosidades, reconfigurando a urbanidade, ampliando as possibilidades de inclusão social e reposicionando a cidade média como campo estratégico de disputa e afirmação de práticas urbanas contra-hegemônicas acionadas por *afectos* insurgentes que atravessam corpos e territórios, abrindo espaço à produção da diferença e a modos mais libertários de experimentação urbana.

**Palavras-chave:** Cidades médias; Ocupações urbanas; Territorialização; *Afecto*; Subjetividade.

**Abstract:** This article proposes a critical reflection on the production of urban territory in Brazilian medium-sized cities, focusing on the case of the Kilombo Urbano Canto de Conexão squat in Pelotas/RS. It discusses how experiences of urban squatting can configure disruptive forms of territorialization and subjectivity production. The study adopts the Cartography of *Affects* as a methodological approach articulated with the philosophy of difference and critical urban theories, and applied through procedures that involved participant observation, interviews, document analysis and sensitive mapping. The methodological path combined a macro movement, mapping urban squatting practices in Brazil based on secondary sources, and a micro movement, that immersion in the daily life of the Kilombo Urbano squat.

<sup>1</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS (2024); Mestra em Urbanismo Contemporâneo – PROGRAU/UFPel (2015); Graduada em Arquitetura e Urbanismo - FAURB/UFPel (2012).

<sup>2</sup> O presente artigo deriva da tese de doutorado *Ocupação Urbana e Cartografia dos Afectos: pela emergência de uma Cidade da Diferença* (PROPUR/UFRGS, 2024).

The results indicate that the experience promote collective enunciative assemblages of enunciation, reactivates idle properties, and forges singular ways of inhabiting and producing the city. The article argues that, in the face of worsening housing crises and socio-spatial segregation in Brazil, the collective arrangements of squats act as forms of territorial protagonism by reactivating idle spaces, reconfiguring urbanity, expanding possibilities for social inclusion, and repositioning medium-sized cities as a strategic arenas of dispute and affirmation of counter-hegemonic urban practices. These practices are driven by insurgent affects that traverse bodies and territories, opening spaces for the production of difference and for more libertarian modes of urban experimentation.

**Keywords:** Medium-sized cities; Urban squatting; Territorialization; *Affect*; Subjectivity.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, o avanço das políticas neoliberais, a financeirização da vida e a intensificação dos processos de fragmentação e segregação urbanas (Rolnik, 2015; Villaça, 2012) têm aprofundado a desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras. Esse modelo capitalístico de gestão urbana intensifica o processo de mercantilização da cidade, subordinando o planejamento urbano aos interesses do capital – a cidade do pensamento único (Arantes, et al., 2009) - e aos discursos de segurança, modernização e crescimento econômico. O território urbano tornou-se uma arena de disputa entre os interesses de mercado e as necessidades de existência coletiva. Sob a lógica do controle e da exclusão, a cidade vai se modelando em grandes vazios urbanos e crescentes periferizações, onde corpos dissidentes, pobres, negros, periféricos e sem-teto são continuamente empurrados às margens.

A cidade ordenada, funcional e rentável, produzida nesse contexto, deixa pouco espaço à expressão das diferenças, não comportando os desvios e os ruídos de formas de vida insurgentes e coletivas. Nesse cenário, multiplicam-se os conflitos em torno do direito à cidade e moradia e, em contraponto à lógica dominante, emergem práticas territoriais disruptivas que, ao ocupar os vazios urbanos com formas alternativas de convívio, instituem aberturas e questionamentos na ordem urbana. Tais práticas de resistência e reinvenção — como as ocupações urbanas — se configuram em micropolíticas ativas (Rolnik, 2018) produzidas por corpos desobedientes que tensionam os limites do planejamento tradicional acionando agenciamentos coletivos de enunciação (Deleuze; Guattari, 1995) e processos de territorialização (Ibid; Haesbaert,

2019) com potência em romper com as formas hegemônicas do urbano neoliberal, instaurando outros modos de usar, habitar e produzir os territórios urbanos.

Este artigo propõe refletir sobre essas práticas a partir da experiência com a Ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão, na cidade média de Pelotas/RS. O caso da Canto evidencia como corpos em luta, organizados em coletividade e movidos por *afectos*<sup>3</sup> de resistência, produzem subjetividades insurgentes e territórios de vida libertadores por meio de ações cotidianas de cuidado e criação coletivos. A cidade de Pelotas, marcada por desigualdades raciais, territoriais e de classe históricas, torna-se campo fértil para compreender como as dinâmicas de produção do urbano operam entre tensões e contradições, entre forças de dominação e emissão de linhas de fuga (Deleuze; Parnet, 1998) por meio de táticas inventivas de luta e subversão.

A investigação é conduzida pela Cartografia dos Afectos, método processual e inventivo desenvolvido em diálogo com a filosofia da diferença (Deleuze, 2000; Deleuze; Guattari, 1992; 1995; 1997), a cartografia sentimental de Rolnik (2011; 2018) e epistemologias do sensível (Kastrup et al., 2010; Jacques; Britto, 2008, Passos; Escóssia, 2010), reconhecendo os *afectos* — entendidos como variações de potência dos corpos (Deleuze, 2017) — enquanto forças produtoras de conhecimento e transformação social. A abordagem cartográfica não busca representar uma realidade, mas acompanhar processos em transformação, os fluxos, deslocamentos e devires que atravessam corpos e territórios, visibilizando suas potências criativas, desejantes e insurgentes. No contexto urbano, o método se aplica no acompanhamento das práticas micropolíticas ativas (Rolnik, 2018) das ocupações urbanas, permitindo visibilizar afecções, subjetivações e modos de existência que emergem na experiência coletiva.

---

<sup>3</sup> A teoria dos *afectos* (Espinoza, 2007) se refere às variações da potência de agir/existir dos corpos. *Afectos* são produzidos nos encontros entre corpos (materiais e imateriais), uma forma de apreensão e expressão do mundo no corpo. O corpo se constitui em seu poder de *afectar* e *ser afectado*, no conjunto das relações que o compõe. Os *afectos* indicam uma correspondência mente-corpo e se manifestam enquanto alegria e tristeza (paixões fundamentais). A tristeza indica toda paixão que diminui a potência de ação, e a alegria, o aumento da potência. A ação/efeito do *afecto* no corpo é uma afecção (Deleuze, 2017). No processo, o desejo é acionado a agir, sendo constrangido ou favorecido; ele tem caráter maquínico (Guattari; Rolnik, 2011), agencia elementos, constrói, produz. Sempre se deseja um conjunto de coisas, um agenciamento. O desejo cria territórios.

Ao aproximar os campos da filosofia, urbanismo, psicanálise e luta social, busca-se contribuir no debate sobre as cidades médias brasileiras, propondo uma leitura ética, estética e política das ocupações urbanas como práticas que na reivindicação pelo direito à moradia, constituem formas disruptivas de produzir cidade e subjetividade. Propõe-se reconhecer a cidade como um campo plural de forças em disputa onde modos outros de existir e construir o urbano insurgem pelas brechas do instituído.

## **2. Ocupações urbanas como micropolíticas urbanas ativas**

O termo ocupação, de modo geral, pode designar tanto a posse ou a instalação em determinado lugar e território, quanto a realização de uma prática ou atividade nele. De toda forma, remete a um gesto corpóreo situado em um espaço-tempo, podendo assumir caráter contínuo ou provisório, individual ou coletivo, fixo ou móvel. No contexto urbano, o termo refere-se às múltiplas maneiras de ocupar a cidade, envolvendo táticas de apropriação que podem designar tanto obediência às normas quanto desvios a elas. Ocupações desviantes (Resende; Rocha, 2019) trata das formas de habitar e usar a cidade que escapam ao controle espacial imposto pela lógica capitalista e pelas instituições estatais de poder, produzindo usos criativos e inesperados que tensionam a ordem social. Seus protagonistas, organizados em coletivos e movimentos sociais, acionam práticas transgressora e modos alternativos de apropriação do território que revelam desigualdades, denunciam violências e evidenciam as precárias condições da vida urbana. Seus atores/agentes não aceitam passivamente as formas de aprisionamento de corpos, territórios e subjetividades e, por meio de práticas espaciais desviantes, instauram fissuras e deslocamentos nos consensos vigentes por meio do território ocupado.

Mas, nem toda ocupação urbana tem caráter político ou transformador. Muitas vezes, a apropriação de espaços vazios por pessoas em situação de rua ou migrantes ocorre como forma de sobrevivência, sem conexão direta com movimentos sociais organizados. Assim que, “morar ou usar uma habitação sem o consentimento do

proprietário – ocorre em diversas circunstâncias [...] e, mesmo que ocorra com a intenção de uso a longo prazo, não é necessariamente transformadora das relações sociais” (Pruijt, 2013, p. 2). É nesse ponto que diferenciamos “ocupação” e “ocupa”, o primeiro termo é mais amplo e descritivo, o segundo é utilizado no Brasil para designar movimentos politizados que fazem do ato de ocupar uma prática insurgente de resistência coletiva e de produção de diferença nos espaços e nas relações interpessoais.

As ocupações urbanas aqui em análise remetem a iniciativas de grupos sociais vulnerabilizados, especialmente trabalhadores sem-teto e sem-terra, que ocupam imóveis e terrenos abandonados convertendo-os em espaços coletivos de moradia e sociabilidade. A apropriação e a reativação desses territórios ociosos acionam processos de territorialização (Deleuze; Guattari, 1997; Haesbaert, 2019), marcados pelo fortalecimento da cultura popular, reconhecimento de saberes locais e convivência entre diferentes. A vida cotidiana nas ocupas, potencializada por eventos culturais, atividades solidárias e debates políticos, protagoniza a construção coletiva de uma realidade mais justa e digna sob um teto comum. Tais práticas não se restringem às intervenções físicas nos edifícios ocupados, mas se expandem em iniciativas voltadas à vizinhança, eventos e projetos comunitários, economias solidárias, cursos de formação, ações de apoio mútuo e outras formas de sociabilidade e cooperação. Assim, os moradores das ocupas ampliam a noção do morar, qualificando os territórios ocupados, incentivando o debate habitacional no país, tecendo redes de solidariedade e apoio, colaborando na construção de políticas públicas e propondo alternativas criativas às práticas e políticas urbanas de exclusão e desigualdade. A luta que engendram se faz *sobre e a partir* do território urbano, a fim de garantir o direito da cidade para todos.

Quando articuladas a movimentos sociais, culturais, ambientais e políticos mais amplos, essas práticas desviantes configuram-se em micropolíticas ativas. É aí que reside o caráter revolucionário e micropolítico das ocupas. A potência transformadora emerge tanto da articulação de seus agentes com outras redes quanto na força micropolítica que advém do cotidiano comunitário, do campo de forças e fluxos que movem ao experimentarem formas de vida baseadas na solidariedade, nos saberes populares, na

autogestão e na convivência das diferenças. É no encontro entre os dois níveis – o macro das disputas políticas e o micro das práticas comunitárias de cuidado e organização coletiva – que se produz a potência política e ativa das ocupas.

Operam fissuras no espaço urbano moldado sob a lógica capitalista neoliberal, abrindo espaço para modos alternativos de existência, fazendo dos *afectos* libertários instrumento de luta e instaurando agenciamentos coletivos de enunciação, ou seja, arranjos de corpos e discursos forjando novas territorialidades no território planejado. Tais agenciamentos<sup>4</sup> dão origem a contraenunciados (Foucault, 2007) desafiando os discursos dominantes sobre a forma e a vida urbana. Isso ocorre por meio de uma mobilização coletiva que articula multiplicidades de vozes e experiências, engendrando subjetividades singulares e modos alternativos de ler, usar e produzir a cidade. Ao tomar o território como arena de luta e contestação, essas coletividades fazem da espacialização compartilhada modos de visibilizar o que lhes é comum. São corpos políticos atravessados por *afectos* insurgentes e pelo comum desejo de justiça social, democracia e igualdade de acesso à cidade e à moradia. Apostando na força coletiva, praticam modos de vida singulares em contraponto às racionalidades e exclusões deliberadas pelo regime neoliberal colonial-racializante-capitalista (Rolnik, 2018).

As ocupas, nesse sentido, configuram uma prática processual que é, ao mesmo tempo, resistência coletiva e ação política. Seus efeitos ultrapassam a dimensão imediata da moradia, pois instauram processos de territorialização prefigurando modos de vida e subjetividades anticapitalistas. Essa forma única de protesto e criação social também alimenta reflexões críticas e alternativas ao urbanismo vigente, desafiando

---

<sup>4</sup> O conceito de agenciamento (Deleuze; Guattari, 1995) diz respeito a um conjunto de relações entre regimes de signos e expressões (agenciamento coletivo de enunciação - ACE) e de conteúdos (agenciamento maquínico - AM). Enunciados são produzidos por coletividades e o estado maquínico trata do que é engendrado pelos enunciados. Na articulação de heterogeneidades colocadas em agenciamento, há uma relação complexa entre o conteúdo e sua manifestação. Assim, enquanto o ACE atua por micropolíticas do campo social, na dimensão dos *afectos*, promovendo processos de territorialização, atos e enunciações; o AM regula e assegura as relações de interação entre os corpos, promove territorialidades aparentemente estáveis.

uma das principais instituições da sociedade capitalista, a propriedade privada, e possibilitando imaginar outras formas de organizar o espaço urbano e a sociedade.

Os agentes em ação nesses processos criativos de microrresistências, ou micropolíticas urbanas (Guizzo, 2008), promovem zonas de resistência e criação no meio urbano, onde corpos em coletividade reconfiguram o território a partir de suas necessidades e desejos. Ao produzirem linhas de fuga no sistema dominante, tensionam as relações de poder e controle, os consensos estabelecidos e os modos de subjetivação assujeitadores que o regime produz. E, ao movimentarem os territórios urbanos, se apropriando e criando neles territorializações não previstas, enunciam outras formas de produzir cidade, o que implica corpo em união com outros corpos. Ao ocupar, seus corpos-agentes não apenas reivindicam o direito à moradia, mas o direito à cidade como território de produção de vida e subjetividade. A ocupação, nesse sentido, se torna ato ético e político, mas também estético e existencial, pois produz sentidos outros ao espaço e aos corpos em ação.

A natureza micropolítica ativa (Rolnik, 2018) dessas práticas sociais de luta urbana também indica que modos de subjetivação singulares podem emergir (Guattari; Rolnik, 2011) sobre o micropoder individual e coletivo, e, assim, a microfísica do poder é confrontada e modificada, pois o poder não é apenas repressivo ele também é produção. Para Foucault (1979), onde há poder de dominação há sempre a possibilidade da criação de contrapoderes de resistência. As micropolíticas ativas se diferenciam das ações institucionais e centralizadas da macropolítica, da razão neoliberal e das micropolíticas reativas (Rolnik, 2018), por se constituírem no cotidiano, no uso do espaço, nos encontros entre corpos e na produção de subjetividades contra-hegemônicas. São forças que operam nos interstícios da vida social, abrindo brechas nas formas homogeneizadoras de existência. Muitas vezes operam por deslocamentos, reaproveitamentos, reterritorializações inventivas, como nas ocupas, reativando arquiteturas ociosas, criando moradas, hortas, espaços culturais e redes de apoio comunitário. Como microrrevoluções urbanas, produzem diferença, pois rompem com os usos instituídos, desafiam o controle e acionam agenciamentos singulares de vida.

Na perspectiva da filosofia da diferença<sup>5</sup> atenta à multiplicidade e pluralidade dos acontecimentos (Deleuze, 2000) compondo a realidade, as ações das ocupas podem indicar agenciamentos coletivos de enunciação, onde corpos e saberes se articulam enunciando modos de vida e de habitar que fogem às normas do planejamento oficial. Tais agenciamentos acionam discursos e ações capazes de reconfigurar territórios (físicos e existenciais) e subjetividades, forjando modos de existência e produção urbana, num esforço de reapropriação das potências do comum (Hardt; Negri, 2016) e da coletividade. A produção do comum discorre sobre práticas sociais alternativas à racionalidade neoliberal, como princípio de resistência de movimentos e agrupamentos sociais que, em pequenas multidões (Negri; Hardt, 2005), tensionam a propriedade privada, as injustiças sociais, o consumo, o acúmulo do capital, as formas dominantes de subjetividade e o Estado totalitário, criando formas originais de agir e lutar.

Na disputa com as formas de dominação do individualismo e da reprodução de discursos dominantes, criam aberturas aos saberes, culturas e modos de vida populares inventando espaços de liberdade (Negri; Guattari, 2017) na cidade. No processo, as subjetividades forjadas possibilitam compor arranjos espaciais, coletividades e territorialidades singulares, desestabilizar a rigidez ditada, acionar *affectos* e afecções mais alegres e empoderadores. Nesse sentido, pode-se dizer que as ocupas são formas espacializadas de luta urbana pelo direito comum à cidade, à moradia digna e à vida urbana. Compreendendo que “toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital” que ocorre a partir do “território em uso”, como uma “disputa encarnada no

---

<sup>5</sup> A filosofia da diferença, formulada por Deleuze em diálogo com Guattari, se inscreve no pensamento pós-estruturalista e se configura como crítica às filosofias da identidade e da representação, que subordinam a diferença a modelos universais. Compreende a diferença como força criadora, produtora do novo, inseparável dos processos de devir e da multiplicidade que compõem a realidade. Nessa perspectiva, a subjetividade não é algo dado, mas produção atravessada por *affectos*, encontros e forças coletivas. No campo do urbano, permite pensar a cidade como processo aberto e heterogêneo, no qual práticas insurgentes e usos singulares do território instauram modos outros de habitar, usar e produzir a cidade, revelando a potência inventiva da diferença. Os filósofos da diferença, como M. Foucault (1926-84), G. Deleuze (1925-95), F. Guattari (1930-92), F. Deligny (1913-96) e J. Derrida (1930-2004), bebem em Espinoza (1632-77), Bergson (1859-1941) e Nietzsche (1844-1900).

território” (Velloso, 2020, p. 171). É através do território que grupos subalternizados contestam e reivindicam suas demandas.

Essas experiências constituem-se, pois, como processos de territorialização dissidentes, espacializando a luta sociourbana *no e por meio* do território e desestabilizando o regime urbano capitalista ao afirmar outras possibilidades de pensar e produzir cidade. As ocupas partem da tomada do território abandonado, movimentando-o e profanando-o, afirmando o seu caráter processual e um ponto de vista político articulador. Em oposição à reprodução da lógica da fragmentação e da segregação socioespacial, operam por princípios de autogestão, solidariedade, cuidado e vínculo comunitário desestabilizando as estruturas para afirmar a multiplicidade de diferenças coexistindo na produção do território urbano e a possibilidade de sua transformação. São práticas insurgentes que atualizam o território e reativam a função social da propriedade, criando zonas de convivência, proteção e reinvenção coletiva.

No Brasil, o fenômeno das ocupas se relaciona com o alto déficit habitacional e a especulação imobiliária (Boulos, 2012), sobretudo nas grandes cidades. No entanto, a presença das ocupas tem se intensificado também nas cidades médias brasileiras, como Pelotas, cujos processos de urbanização são atravessados por desigualdades históricas e onde os conflitos fundiários e a insuficiência de políticas públicas habitacionais expõem milhares de pessoas à vulnerabilidade. Nesse contexto, as ocupas tornam-se formas de protagonismo territorial nas quais populações marginalizadas — pessoas negras, trabalhadores informais, migrantes, estudantes e juventudes periféricas — tomam o território urbano para produzir sua própria Cidade da Diferença.

Ocupar indica outro modo de existir na cidade, de desenhar novas cartografias sociais, outras formas de distribuir a vida e os espaços, de sentir e pensar o urbano. Os *afectos* calcados na solidariedade, indignação, cuidado, resistência e esperança movem os corpos que ocupam a processos de singularização. As ocupas são, nesse sentido, acontecimentos de fuga e devir deslocando os corpos da submissão às violências e abandonos do planejamento urbano neoliberal, colocando-os em posição desejante de criação e enfrentamento. Ao se colocarem como agentes de transformação, interpelam

os enunciados dominantes do Estado, da mídia e das elites locais sobre o uso legítimo do território e da urbanidade, tensionando a produção urbana discursiva. Produzem, assim, contraenunciados, abrindo espaço para saberes e práticas urbanas populares fundadas na ação direta *sobre e com* o território.

Ao investigar as ocupações urbanas como micropolíticas ativas acionadoras de agenciamentos coletivos de enunciação e processos de territorialização disruptivos, o artigo propõe deslocar o olhar do urbanismo tradicional centrado em diagnósticos e soluções normativas para um urbanismo corporal, ético e político, que reconhece a cidade como campo de forças e invenções e o caráter processual do território. No contexto contemporâneo de crise societária e urbana (Ribeiro, 2006), essa abordagem aposta na potência das experiências minoritárias, insurgentes e coletivas como vias para o projeto de uma urbanidade mais justa e plural.

### **3. Por uma Cartografia dos *Afectos***

Para investigar as dinâmicas micropolíticas das ocupas e suas reverberações no território e na produção de subjetividades, esta pesquisa adota a Cartografia dos *Afectos* como abordagem metodológica, ancorada na filosofia da diferença (Deleuze, 2000; Deleuze; Guattari, 1992; 1995; 1997) e epistemologias do sensível (Rolnik, 2011; 2018; Kastrup; Passos; Escóssia, 2010) que consolidam o método cartográfico no campo das ciências humanas e sociais como uma abordagem situada e ética que valoriza a experiência, o corpo e os movimentos singulares de produção da realidade. Trata-se de um método inventivo que não busca representar totalidades fixas, mas acompanhar processos, fluxos e territórios em transformação. Nesse sentido, a cartografia se diferencia das metodologias tradicionais ao recusar a neutralidade do pesquisador e colocar em foco a implicação da cartógrafa no campo, marcada pelos *affectos* e subjetividades que atravessam o processo modificando o percurso da investigação.

O método cartográfico privilegia o acompanhamento de forças, intensidades e processos em curso, permitindo compreender a produção de territórios para além de sua configuração física, mas como efeito da multiplicidade de agenciamentos. Assim, a

cartografia dos *affectos* se realiza mapeando o que pulsa nas dobras da experiência urbana e o que escapa aos discursos dominantes atravessando corpos e territórios. E, aqui, ela se atualiza a partir do encontro com o território da Ocupação Canto de Conexão, acompanhando as ações, narrativas, deslocamentos e subjetividades que constituem seu modo de existir e resistir na cidade.

Tal investimento metodológico não está apenas na descrição do fenômeno urbano analisado, mas no mapeamento de uma experiência territorial viva e coletiva, atravessada por *affectos* insurgentes que convocam modos outros de subjetivação e coprodução urbana. Uma cartografia que caminhou com o campo, escutou e se *affectou* no encontro com os territórios físicos e existenciais que investigou, valorizando a potência da diferença como via de criação e transformação social. Entrecruzou olhares, vivências e afecções, num movimento contínuo de criação de pensamento e realidades.

O percurso metodológico desta Cartografia dos *Affectos* acionou dois movimentos complementares. Um mapeamento macroescalar de ocupações urbanas no Brasil, pela análise de fontes secundárias (artigos acadêmicos, documentários, reportagens, redes sociais, manifestos e registros produzidos por movimentos sociais). A etapa buscou encontrar aspectos e narrativas recorrentes, a dinâmica de organização, os movimentos sociais envolvidos e os modos como as ocupações se inserem na disputa pelo território urbano, especialmente nas grandes cidades brasileiras. Foram realizadas conversas e visitas em ocupações nas cidades de Porto Alegre/RS e São Paulo/SP que possibilitaram uma visão ampla sobre a temática e um mapeamento das singularidades de cada experiência na relação com os contextos urbanos em que se inserem. O segundo movimento, micro, investiu na experiência de campo com a Ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão, em Pelotas/RS. Foram realizadas observação participante, registros fotográficos, mapeamento sensível, rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas com moradores e agentes da ocupa, análise de documentos oficiais e historiográficos. Esse mergulho empírico possibilitou compreender o processo de territorialização da ocupação em relação à dinâmica sociourbana da cidade e aproximações com a experiência de outras ocupações no país.

A cartografia dos *afectos* funcionou como uma ferramenta de acompanhamento das forças em jogo, valorizando a implicação da pesquisadora no campo, os *afectos* e as subjetividades que atravessaram os encontros. Uma cartografia afetiva e política, onde teoria/prática, corpo/pensamento, razão/sensibilidade, território/cartógrafa se entrelaçaram como matéria viva de produção de conhecimento. A metodologia possibilitou evidenciar os modos como a Canto atualiza territórios e subjetividades insurgentes, configurando-se como prática espacializada e autogestionada de resistência e criação coletiva na cidade de Pelotas.

O método possibilitou compreender as ocupas não apenas como fato político, mas enquanto acontecimento ético-estético que *afecta* e transforma os modos de viver, habitar, lutar e subjetivar por meio do território ocupado. Ao acompanhar o processo de construção da Ocupa Kilombo Urbano, percebeu-se, na prática, o território como produto relacional, constantemente [des][re]territorializado (Deleuze; Guattari, 1995) por forças sociais, econômicas, culturais, afetivas e políticas.

#### **4. Subjetividade, *afectos*, agenciamento territorial e cidade média**

Pensar a cidade como campo de produção de subjetividade é reconhecer o território urbano como plano intensivo onde forças coletivas e relações de poder se entrelaçam. Isso implica deslocar o olhar da materialidade do espaço, atentando aos modos como ele é *afectado*, vivido e (re)produzido pelos corpos que o habitam. Nessa perspectiva, a cidade torna-se território em fluxo, onde forças de dominação e resistência operam simultaneamente. Um processo vivo, atravessado por disputas, subjetivações e agenciamentos — uma cidade em devir. Ao analisar a cidade como campo de forças, Lefebvre (2001) destaca os conflitos urbanos como expressão das disputas pelo direito à cidade. É nesse espaço tensionado que emergem experiências como a da Canto que, reativando imóveis e territórios abandonados, constituem-se em práticas de insurgência urbana e produção de subjetividades coletivas. Nesse contexto, as ocupas materializam processos de territorialização que rompem com a lógica do planejamento único e criam espaços de liberdade, autogestão, cuidado e coprodução.

A análise proposta neste artigo fundamenta-se, como visto, em referenciais da filosofia da diferença, sobretudo em Deleuze e Guattari, e nas releituras de Suely Rolnik, mobilizando os conceitos de micropolíticas ativas, agenciamentos coletivos de enunciação e territorialização. Para Deleuze e Guattari (1995), a produção do real, do pensamento e da linguagem não se dá por sujeitos isolados, mas emerge de agenciamentos coletivos de enunciação, conjuntos heterogêneos de forças, práticas, discursos, corpos e objetos que articulam modos de dizer e existir, inseparáveis dos agenciamentos maquínicos de corpos. Esses agenciamentos operam no plano molecular da vida social, onde se inscrevem também as micropolíticas — entendidas como os fluxos desejan-tes e *afectivos* que atravessam os corpos e os territórios e que, segundo Rolnik (2018), podem ser capturados pelas lógicas hegemônicas em formas reativas, ou, ao contrário, afirmados em formas ativas, quando instauram linhas de fuga e criam novos modos de existência, sensibilidade e sociabilidade. Nessa perspectiva, o processo de constituição de um território é compreendido como territorialização, ou seja, a tomada provisória de consistência de forças em um espaço, sempre acompanhada por movimentos de desterritorialização e reterritorialização, conforme apontam Deleuze e Guattari (1995). Esses três conceitos, articulados, permitem compreender o território não como dado, mas como efeito de processos coletivos e micropolíticos em permanente disputa e reinvenção.

O conceito de subjetividade adotado se afasta das concepções individualistas e essencialistas. Compreende-se a subjetividade como produção social, histórica e coletiva, afetada por relações sociais, políticas, espaciais e simbólicas, e atravessada por dispositivos de poder/saber (Foucault, 1979) e desejo (Guattari; Rolnik, 2011). Os corpos, efeitos e produtores de relações, forças, *afectos* e subjetividades, expressam suas formas de existir moldadas por campos de poder/saber e políticas do desejo operando simultaneamente nos níveis micro e macropolíticos. Nesse sentido, a subjetividade é território de disputa e campo estratégico à transformação social. A produção de cidade está intrinsecamente relacionada à produção da subjetividade, pois os modos de vida e os desejos mobilizam diferentes práticas de ocupação e uso dos

espaços, produzindo novos sentidos para a cidade (Hypolito, 2024). Assim também se insere a noção de *afectos* que não se restringem ao campo emocional ou psicológico, mas atuam como forças produtoras de subjetividade e de mundos possíveis (Rolnik, 2011) atravessando corpos e territórios, ativando encontros, deslocamentos e criações. No contexto urbano, os *afectos* produzidos em espaços coletivos como as ocupas podem desencadear processos de resistência, empoderamento e reconfiguração subjetiva.

Os conceitos de *micropolíticas ativas* e *agenciamentos coletivos de enunciação* também se inscrevem como fundamentais para compreender as práticas insurgentes que emergem nas margens do cotidiano, no corpo-a-corpo com o espaço urbano. As micropolíticas operam no campo das forças invisíveis e nos circuitos de desejo que organizam a vida social (Rolnik, 2018). São práticas que, mesmo em escala molecular, manifestam potências de tensionar e transformar padrões estabelecidos. Elas operam na contramão da lógica dominante de subjetivação produtora de corpos docilizados, consumidores e passivos, afirmando modos singulares e coletivos de existir, habitar e lutar. Essas micropolíticas frequentemente se materializam por meio de agenciamentos coletivos de enunciação, pelo arranjo de corpos, discursos e práticas articuladas em ação coletiva. Um agenciamento coletivo não é soma de indivíduos, mas uma máquina de enunciação que cria mundos, inventa contradiscursos e desafia os códigos. As ocupas, nesse sentido, atuam como dispositivos de resistência ao acionarem agenciamentos coletivos que se insurgem contra os abandonos impostos pelo Estado e pela especulação imobiliária, produzindo novas narrativas, novos espaços e sentidos para o território. Tais agenciamentos produzem *territorializações* opostas às territorialidades hegemônicas da segregação e do controle. A territorialização, enquanto processo dinâmico e relacional, implica uso e apropriação do espaço, diretamente conectada ao modo como os corpos são afectados e como respondem às afecções.

Nessa perspectiva, os territórios não são apenas espaços físicos, mas zonas de intensidade afetiva, política e simbólica em disputa e transformação. Ao ocupar um espaço urbano abandonado, grupos sociais ativam processos de territorialização, que se referem ao movimento de criação de territórios. Territorializar não é apenas ocupar

fisicamente um lugar, mas investir nele existencialmente, atribuindo-lhe sentido, uso e valor simbólico – um agenciamento territorial. A territorialização trata de um movimento múltiplo e rizomático (Deleuze; Guattari, 1995) que opera na imanência dos corpos e encontros, produzindo mapas e territorialidades sempre em processo. Um plano de consistência (Deleuze; Guattari, 1992) onde cada hecceidade, evento e *afecto* contribui para compor um campo intensivo de transformação. Toda territorialização é, pois, instável e atravessada por forças de [des][re]territorialização (Deleuze; Guattari, 1995), de fuga e reinvenção, de ruptura e reapropriação. No caso das ocupas, as *linhas de fuga* produzidas são como movimentos de desterritorialização forçando rearranjos espaciais e subjetivos, abrindo sentidos para a vida urbana coletiva.

As subjetividades que emergem nesses territórios insurgentes são potências de invenção de novas realidades urbanas, marcadas pelo retorno ao comum, à partilha e ao cuidado como práticas políticas. Elas contestam a homogeneidade e a normatividade do espaço planejado, convocando à criação de um urbano outro — múltiplo, mestiço, vivo. Trata-se de uma ética da diferença (Deleuze, 2000) que valoriza a multiplicidade, a escuta e a alteridade. A subjetividade é aqui pensada como potência criadora de realidade, de imaginar e produzir modos outros de viver. Dessa forma, a produção de subjetividade nos territórios das ocupas não é apenas consequência da ocupação, mas sua razão de ser. No gesto de ocupar, habitar e reinventar a cidade os corpos forjam novos modos de si, em contínuo devir coletivo. O processo não é isento de conflitos ou contradições, mas nele reside a potência transformadora da experiência urbana.

Assim, as práticas das ocupações não apenas espacializam a luta urbana no território, mas acionam modos de subjetivação que engendram singularizações (Guattari; Rolnik, 2011) reconfigurando a própria relação corpo-cidade. Tensionam as formas instituídas de habitar, rompendo com a lógica da propriedade privada e da segregação. Por isso, a análise da Canto e de experiências semelhantes de territorializações dissidentes e micropolíticas ativas que desafiam a produção normativa do espaço urbano indica que essas práticas, além de denunciar as políticas de habitação,

constroem alternativas — ainda que precárias e provisórias — afirmando modos de viver e conviver movidos por *afectos* libertários e potências criadoras.

O recorte territorial da cidade de Pelotas/RS permite observar como o fenômeno urbano das ocupações e as práticas micropolíticas que engendram não se restringem às grandes metrópoles. As cidades médias também são territórios de disputas intensas, onde se evidenciam tanto os efeitos da lógica neoliberal na produção urbana quanto as fissuras criadas por movimentos de resistência capazes de reconfigurar espaço urbano e subjetividades. Assim, essa investigação sustenta a compreensão das ocupas como práticas que operam entre macro/micro, visível/sensível, político/poético, convocando-nos a repensar a cidade como campo processual de criação, conflito e produção de diferença.

## **5. Cidades médias e protagonismo territorial**

As cidades médias ocupam papel central na configuração territorial do Brasil e nos contextos de gestão territorial regional. Segundo Lima Silveira et al. (2024), elas são fundamentais para compreender as articulações entre urbanização, regionalização e redes de poder, pois atuam como polos estratégicos de oferta e demanda de serviços constituindo-se como eixos de centralidade, espaços de mediação e disputa na rede urbana regional em que se inserem. Diferente das grandes metrópoles, nelas as dinâmicas territoriais podem se tornar mais perceptíveis, o que as coloca como campo privilegiado para observar práticas urbanas insurgentes de resistência e reinvenção.

Pelotas/RS é uma cidade média que expressa com nitidez as contradições e desigualdades do modelo urbano contemporâneo. Com cerca de 340 mil habitantes (IBGE, 2022), é polo regional em serviços, saúde, cultura e educação, mas apesar de sua relevância econômica e histórica, apresenta um quadro preocupante de desigualdade socioespacial e déficit habitacional, com grandes fragilidades em relação à distribuição de infraestrutura urbana, planejamento territorial e promoção de habitação popular. Possui um crescimento marcado pela industrialização tardia, heranças coloniais

escravocratas de exploração e exclusão, desestruturação e esvaziamento do centro urbano e processos de periferização acelerada.

A urbanização seguiu um modelo centrado na especulação imobiliária e na lógica da segregação socioespacial, que afastou populações de baixa renda às periferias, produzindo grandes zonas de abandono e vulnerabilidade social. Para Rolnik (2015) e Villaça (2012), a segregação urbana é um processo estrutural que resulta da aliança entre interesses imobiliários, políticas urbanas excludentes e heranças históricas de desigualdade. Em Pelotas, essa dinâmica é reforçada pela concentração de infraestrutura em determinadas áreas e pela periferização das populações negras e pobres. Entre os desafios urbanos enfrentados, destaca-se a problemática habitacional, expressa no número crescente de famílias em situação de vulnerabilidade, no déficit habitacional e nos inúmeros imóveis e terrenos vazios ou subutilizados, como nos bairros Centro e Porto, demonstrando o descompasso entre oferta e acesso à moradia digna. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2011) de Pelotas já indicava déficit significativo de unidades habitacionais, apontando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes ao enfrentamento do problema. Segundo dados do último censo (IBGE, 2022), divulgados em jornal local, “15% dos domicílios em Pelotas estão desocupados” (Jornal DP, 08/07/2023)<sup>6</sup> e, apesar da população ter diminuído, o número de novos imóveis aumentou e o déficit habitacional supera 30 mil, um contraponto, visto que, segundo os dados, há cerca de 27 mil domicílios desocupados na cidade. A matéria também divulgou que Pelotas “tem déficit de 13,6 mil novas unidades habitacionais e 19,8 mil que precisam de [...] reforma para serem habitáveis”.

Segundo Carrasco (2017), em 2013, o município possuía cerca de 100 mil domicílios na área urbana, mas 30% da população vivia em 156 áreas de urbanização precária. Tais áreas se referem aos loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos e favelas ou vilas. No âmbito das políticas habitacionais, a cidade é marcada pela produção

---

<sup>6</sup> Matéria publicada em 08/07/2023 no Jornal Diário Popular. Disponível em: [https://diariopopular.com.br/geral/15\\_dos\\_domicilios\\_em\\_pelotas\\_estao\\_desocupados\\_\\_.528318](https://diariopopular.com.br/geral/15_dos_domicilios_em_pelotas_estao_desocupados__.528318) Acesso em jan/2024.

de bairros precários, com incompletude de infraestrutura urbana básica e política de regularização fundiária efetiva, acarretando um processo de urbanização precário (ibid.). Os assentamentos se espacializam de forma espontânea, pela autoconstrução dos moradores e, na maioria, em áreas ambientalmente frágeis, banhados e várzea, prática comum nas cidades brasileiras e tolerada pelo Estado por serem terras com baixo valor de mercado (Maricato, 2000). Os dados<sup>7</sup> atualizados pelo censo do IBGE 2022 indicaram 165.649 imóveis (casas e apartamentos) na cidade de Pelotas, destes, 25.588 na condição “vago”.

Pelotas reproduz a lógica de exclusão dos grandes centros. A verticalização seletiva e a tendência de expansão urbana horizontal, com o incentivo à criação de condomínios fechados em contraste com as formas de ocupação populares e o adensamento precário das periferias, reforçam o modelo excludente da cidade mercantilizada (Rolnik, 2015). A lógica contribui para a desvalorização da malha urbana central e a segregação socioespacial, empurrando populações negras e pobres para regiões com pouca infraestrutura, serviços públicos e alta vulnerabilidade socioambiental. Evidencia-se uma cidade marcada pela profusão de imóveis e terrenos vazios ou subutilizados no centro histórico e em bairros consolidados dotados de infraestrutura, e um déficit habitacional significativo às margens onde crescem comunidades e conjuntos habitacionais monofuncionais e estigmatizados com precariedade de equipamentos urbanos. A negligência da função social da propriedade e o não cumprimento legal do direito à moradia, previstos em lei, agravam o quadro.

Essas contradições estruturais evidenciam como as cidades médias também são palco de disputas territoriais acirradas, e o direito à cidade uma constante negociação. A potência política desses territórios está na tensão entre os mecanismos

---

<sup>7</sup> As informações apresentadas aqui foram publicadas na Pública - Agência de jornalismo investigativo, que utilizou como metodologia dados obtidos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação João Pinheiro, padronizados e analisados com Google Sheets. Os dados tratados e os cálculos são apresentados em planilha de acesso público para download. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/#Censo> Acesso em set/2025.

de dominação - planejamento urbano tecnocrático, gentrificação e financeirização do solo - e as práticas cotidianas de resistência que emergem de corpos coletivos e insurgentes. Diferente das grandes metrópoles, onde o conflito tende a se diluir pela escala e multiplicidade de interesses, nas cidades médias as dinâmicas são mais perceptíveis, os atores são mais próximos e os efeitos das políticas públicas mais evidentes. Isso permite que ações micropolíticas — como das ocupas — provoquem impactos mais visíveis.

Ao problematizar Pelotas como cidade média atravessada por processos de segregação e exclusão, compreende-se que a luta pelo direito à moradia torna-se campo de disputa simbólica, política e material associada à disputa pela produção da cidade. Nesse cenário, as ocupas tornam-se agentes que, ao ocupar espaços ociosos e produzir coletivamente formas alternativas de existência, no enfrentamento direto à lógica excludente, inscrevem no território uma cidade da diferença.

## **6. A Ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão em Pelotas/RS**

Frente aos abandonos de todas as ordens enfrentados pela população pobre de Pelotas, o não cumprimento do direito à cidade e à moradia garantidos pela Constituição Federal<sup>8</sup>; o descaso da sociedade civil; a ineficiência de uma política habitacional e urbana eficiente à realidade da demanda local, e ainda, onde “1/5 da população brasileira vive em condições precárias de moradia”<sup>9</sup> (conforme dados do último relatório da Fundação João Pinheiro<sup>10</sup> (FJP, 2023, p. 14-16) o déficit habitacional brasileiro estimado, em 2022, era de 6.215.313 de domicílios, 8,3% do total de domicílios particulares. O RS corresponde à 6,5% do total, com déficit de 258.275

---

<sup>8</sup> A Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece a moradia como direito social (art. 6º), que a propriedade deve cumprir sua função social (art. 5º, XXIII) e que a política urbana deve assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (art. 182).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/brasileiros-vivem-em-habitacao-precaria/> Acesso em ago/2025.

<sup>10</sup> Relatório FJP “Déficit Habitacional no Brasil 2022”. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/cc248796-b48a-404f-a4b9-ea931f898604/content> Acesso em set/2025.

domicílios - 75.793 referentes à habitação precária, 37.098 à coabitação e 145.385 relativos à ônus excessivo com aluguel urbano [mais de 30% da renda mensal]) - em contraste com milhares de imóveis ociosos<sup>11</sup> (cerca de 11,4 milhões em 2022) se multiplicando no território urbano - gerando déficits aos cofres públicos e ilegalidade pelo não cumprimento da função social da propriedade: Por que não ocupar?

Foi essa a lógica de pensamento que impulsionou o movimento de ocupação do imóvel que originou o Kilombo Urbano Canto de Conexão, em 2017. Conhecedores da história que formou a cidade e dos agentes (políticos, financeiros e sociais) que seguem à frente das decisões de planejamento, gestão e produção territorial em Pelotas, um grupo formado, especialmente, por estudantes, artistas, ativistas e agentes culturais racializados decidiram ir à luta pelo direito à cidade por meio de seus próprios corpos, historicamente excluídos, mas desejantes pela criação de outra realidade possível. Apostando na ação micropolítica ativa como prática transformadora do cotidiano, resolveram fazer o papel do Estado. E, assim, começou o movimento coletivo, autogestionado, popular, cultural e social que deu início ao processo de territorialização da ocupa e que segue reativando corpos e territórios, expandindo-os e conectando-os entre si e com o território formal da cidade.

A Canto de Conexão, nesse contexto, se apresenta como uma prática que desafia a política urbana vigente e afirma outro modo de viver a cidade de Pelotas. Localizada em uma zona central e universitária no Bairro Porto, reativou uma arquitetura abandonada e a transformou em território de moradia, criação cultural, cuidado coletivo e práticas anticapitalísticas. A potência da Ocupa está justamente em ser uma brecha na lógica da cidade planejada para o capital. Um gesto coletivo que reexiste ao abandono, transformando uma ruína em espaço de vida e luta – que é mais que abrigo, mas território de transformação urbana e social.

---

<sup>11</sup> Os dados do relatório “Censo Demográfico 2022 Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos” - na categoria “domicílio particular permanente vago” (estrutura residencial permanente que na data de referência não se encontrava ocupada e nem era utilizada ocasionalmente) - “registrou 11,4 milhões de domicílios”. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home/> (p. 35) Acesso em set/2025.

Em desafio à lógica neoliberal privatista, desigualdade social, déficit habitacional, abandono de imóveis, especulação imobiliária e periferização, na média cidade de Pelotas, a Canto opera processos de [des][re]territorialização rompendo a ordem hegemônica. Por meio de micropolíticas cotidianas os ocupantes transformam um espaço abandonado em território de liberdade, autonomia e horizontalidade, e juntos criam táticas de enfrentamento às múltiplas formas de violência e exclusão (racismo, fome, frio, desemprego, misoginia). A ação do coletivo vai além da moradia: distribuem alimentos, constroem casas, plantam árvores e hortas, acolhem diferenças, apoiam crianças, idosos e dissidências, resgatam a memória negra, promovem eventos culturais e formações educativas e, por vezes, tornam-se elo entre periferias e poder público. Também realizam oficinas, rodas de conversa, feiras, cineclubes e apresentações artísticas. Estão presentes nas audiências públicas e, sob o lema do direito à cidade para todos, insistem no debate com os órgãos públicos e na formulação de políticas públicas de interesse social. Trata-se de um agenciamento territorial que conecta lutas sociais, saberes, culturas, corpos e diferenças, transformando territórios e subjetividades. Como um germe de mundo (Rolnik, 2018), a experiência mostra que é possível reimaginar e recriar a cidade a partir da coletividade e da partilha do comum.

A ocupação inscreve-se no corpo urbano como tática de resistência coletiva, através da apropriação de um território ocioso e se destaca por articular cultura, moradia, educação, saúde, ação política, cuidado coletivo, ativismo negro e luta urbana, promovendo um processo de territorialização insurgente que se expande da casa impactando diversos territórios e comunidades da cidade. Há oito anos, o coletivo da Canto formado por artistas, estudantes, ativistas sociais e agentes culturais tem espacializado subjetividades e ações sociais por meio de corpos [re]existentes em luta diária pelo direito à cidade, à moradia, à permanência na casa e ao reconhecimento do valor de suas vidas e de outras tantas por eles defendidas. Ao reativar esse espaço criam um centro de resistência reconfigurando a função social do imóvel.

A cartografia dos *afectos* acompanhou os processos de subjetivação e territorialização produzidos *na* e *pela* ocupação. Foram realizadas visitas, entrevistas

com o coletivo, moradores e parceiros, observação participante nos eventos, ações culturais e sociais desenvolvidas por seus agentes. Os encontros foram atravessados por *afectos* diversos - coragem, acolhimento, dor, alegria, solidariedade, indignação - todos mobilizadores de transformações de corpos e territórios. Nesse sentido, a ocupa se mostra como expressão de um agenciamento coletivo de enunciação onde narrativas, saberes e fazeres populares, modos de viver e habitar emergem de um corpo coletivo insurgente e organizado em luta diária. Para além de denunciar o déficit habitacional e os abandonos urbanos, a Canto demonstra, na prática, que outro modo de vida urbana é possível – mais coletiva, inclusiva e igualitária.

A presença e as ações da Canto também produzem rupturas no modelo de cidade que exclui e apaga a história dos corpos negros que construíram e mantêm Pelotas. Trata-se de um processo que desterritorializa ociosidades e narrativas produtores de *afectos* tristes, reterritorializando as potências do cuidado, da memória e da criação. Os modos de subjetivação ali produzidos deslocam as subjetividades capitalistas e individualistas, forjando existências baseadas na solidariedade, na força do comum, na autogestão, na economia criativa, no empoderamento social e na (co)produção urbana. A experiência indicou que ocupar é ato de territorializar, de investir física e existencialmente no espaço, de inscrever nele memórias, *afectos*, símbolos e práticas que o diferenciam de sua condição de abandono anterior.

## 7. Considerações Finais

Este artigo analisou a produção do território urbano em cidades médias a partir do caso da Ocupa Kilombo Urbano Canto de Conexão, em Pelotas/RS, evidenciando como as ocupações urbanas se configuram em formas disruptivas de territorialização e de produção de subjetividades. A análise, fundamentada na Cartografia dos *Afectos* e em conceitos da filosofia da diferença, permitiu compreender que a presença da Canto além de denunciar o déficit habitacional e o abandono de imóveis na cidade, também cria alternativas concretas de habitar e viver coletivamente. Por meio de micropolíticas ativas, seus agentes constroem redes de solidariedade, distribuem alimentos,

promovem ações culturais e educativas e reativam a função social da propriedade, transformando ruínas em territórios de vida.

Os resultados indicam que a experiência da Ocupa na média cidade de Pelotas se assemelha a de outras ocupações em contextos metropolitanos. Elas surgem como resposta lógica, política e prática à ineficácia das políticas públicas e ausência do Estado na garantia do direito à moradia e à cidade. São ações coletivas que se apropriam de arquiteturas ociosas em áreas urbanas centrais, reativam sua função social, denunciam a especulação imobiliária, deflagram os conflitos e afirmam, por meio da presença e do uso, o direito de [Re]existir no território urbano. Em Pelotas, essa realidade se espacializa na ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão. Por meio de uma ação desobediente e insurgente, seus corpos agentes - organizados em coletividade - ocupam uma edificação abandonada há décadas no consolidado bairro Porto, reativando territórios físicos e existenciais, questionando a lógica única mercantilizada de produção urbana e propondo novas formas de habitar se relacionar, produzir subjetividade e construir cidade coletivamente.

A reativação urbana promovida pela Canto de Conexão em Pelotas evidencia a importância das cidades médias como espaços estratégicos na luta por inclusão social, sustentabilidade urbana, autogestão e protagonismo territorial. Ela atua como uma fissura no tecido urbano movimentando o território com práticas culturais, redes de solidariedade, ações educativas e modos coletivos de vida que reconfiguram os sentidos de pertencimento, memória, apropriação e uso do território. A Canto age como um vetor de transformação urbana, reativando vidas, centralidades esvaziadas e afirmando o caráter processual do território., conectando e expandindo o território. Constitui, pois, um agenciamento coletivo de enunciação capaz de mobilizar corpos, *affectos*, discursos e práticas que desafiam a ordem hegemônica segregadora e produzem contraenunciados como forças produtoras de subjetividade e transformação.

A experiência revela, ainda, que no contexto das cidades médias, tais práticas adquirem maior relevância. As cidades médias são espaços estratégicos de mediação territorial, onde as disputas pelo direito à cidade e os efeitos das políticas urbanas se

tornam mais visíveis. Nesse sentido, a Canto se apresenta como uma fissura no tecido urbano neoliberal, atuando como protagonismo territorial na cidade. Por meio da reativação de um território ocioso e em confronto com a lógica especulativa, afirma como as cidades médias podem se tornar territórios férteis para táticas urbanas contra-hegemônicas e que sua importância também reside na capacidade de seus corpos desobedientes reinventarem cotidianamente os modos de viver, resistir, lutar e criar. São nesses interstícios, muitas vezes invisibilizados pelas análises centradas nas metrópoles, que se produzem alternativas concretas à cidade do capital. Ao reconfigurar o uso e o sentido do território urbano, a presença das ocupações urbanas nesses contextos afirma a cidade como campo de disputa simbólica, *afectiva* e política. Não apenas reivindicam o direito à moradia, mas inauguram modos libertários de experimentação urbana, abrindo caminho para uma Cidade da Diferença – plural, coletiva e insurgente. Esse horizonte ético-político aponta para a importância de reconhecer as ocupas como práticas potentes de produção da diferença e de reconfiguração da urbanidade. E, ainda, que as micropolíticas ativas e os processos de territorialização constituem-se chaves analíticas para compreender como as práticas cotidianas reinventam o urbano.

## Referências

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (org.). 5ªed. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em set/2025.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. Pelotas: urbanização periférica e desigualdade. In: **Oculum Ensaios**. Campinas. 14(3). p. 595-611. Set-Dez 2017.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Trad. L. Orlandi; R. Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000[1968].

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão**. Trad. GT Deleuze. Coordenação Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora!34, 2017[1968].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Trad. B. Prado Jr.; A. A. Munoz. Coleção TRANS. Rio de Janeiro: Editora!34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora!34, 1995[1980].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 4. Trad. A. L. Oliveira. Rio de Janeiro: Editora!34, 1997[1980].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 5. Trad. P. Pál Pelbart; J. Caiafa. São Paulo: Editora!34, 2012[1980].

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. E. A. Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998[1977].

ESPINOZA, Benedictus de. **Ética**. trad. T. Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007[1677].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit* habitacional no Brasil 2022. **Relatório Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte: FJP, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007[1969].

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011[1986].

GUIZZO, Iazana. **Micropolíticas urbanas: uma aposta na cidade expressiva**. [Dissertação de Mestrado] – UFF, Dep. Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Bem-estar comum**. Trad. C. Marques. 1ªed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HYPOLITO, Bárbara de Bárbara. **Ocupação Urbana e Cartografia dos Afectos: pela emergência de uma cidade da diferença.** [Tese de Doutorado] – FAU/UFRGS/PROPUR. Porto Alegre/RS, 381f., 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITO, Fabiana Dultra. **Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade.** In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck. (org.). Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (org). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA SILVEIRA, R. L.; ECKEL MACHADO, B.; KOHLS SCHWANZ, A. Cidades Médias, Gestão Pública Territorial e Centralidades Regionais no Rio Grande Do Sul – Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.20, n.1, 2024.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000.

NEGRI, Antônio; GUATTARI, Félix. **As verdades nômades: Por novos espaços de liberdade.** Trad. Mario Antunes Marino; Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Ed. Politeia, 2017 [1985].

NEGRI, Antônio.; HARDT, Michael. **Multidão.** Trad. C. Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PLHIS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social.** Pelotas: 2011. Disponível em: [http://www.3c.arq.br/portfolio/035\\_pel/](http://www.3c.arq.br/portfolio/035_pel/). Acesso em: set. 2025.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: **SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE.** Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles. NY: Autonomedia, 2013. p. 17-60.

RESENDE, Lorena Maia; ROCHA, Eduardo. Ocupações urbanas desviantes e disciplinadas na linha de fronteira Brasil-Uruguay. In. **Anais XXI ENPOS**, UFPEL, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação.** OSAL, Observatório Social de América Latina. Año VII n21 sep-dic 2006, p. 23-32.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1, 2018.

VELLOSO, Rita. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. **Redobra**, n15, ano 6, p. 153-176, 2020.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.